

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

KARLA HENRIQUE DA SILVA

**MODELO FLEURIET: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO
SEGMENTO AGRÍCOLA**

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2011.

KARLA HENRIQUE DA SILVA

**MODELO FLEURIET: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO
SEGMENTO AGRÍCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do grau de
Bacharel no Curso de Ciências Contábeis
da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC

Orientador: Prof. Me. Cleyton Oliveira
Ritta

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2011

KARLA HENRIQUE DA SILVA

**MODELO FLEURIET: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO
SEGMENTO AGRÍCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado pela Banca Examinadora para
obtenção do grau de Bacharel no Curso
de Ciências Contábeis da Universidade
do Extremo Sul Catarinense - UNESC,
com linha de pesquisa em Contabilidade
Financeira.

Criciúma, 05 de Dezembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Mestre, Cleyton de Oliveira Ritta, Orientador

Prof. Especialista, Fabrício Miguel, Examinador 1

Prof^a. Mestre, Andréia Cittadin, Examinador 2

“Dedico este trabalho ao meu Pai José Carlos da Silva (*in memoriam*) e a minha Mãe Maria das Dores Henrique da Silva por terem me dado a vida”.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, irmãos e tios por serem meus amigos, companheiros e acima de tudo, minha família. Vocês são tudo na minha vida!

Um agradecimento muito especial os meus queridos amigos de graduação do curso, Luiz Paulo, Gesiane e Maíke, pelo convívio e amizade, compreensão e estudos. Muito obrigada por me acolherem como amiga.

Ao meu querido orientador Cleyton de O. Ritta agradeço as cobranças, exigências, dinamismo, confiança e por acreditar sempre em meu potencial.

Agradeço com muito carinho a minha amiga Stela, por todos os momentos presentes em minha vida!

E finalmente, agradeço a todos que me ajudaram direta ou indiretamente para o desenvolvimento deste projeto. Um **MUITO OBRIGADA** a todos vocês!

"Que ninguém se engane, só se consegue a simplicidade através de muito trabalho."

(Clarice Lispector)

RESUMO

SILVA, Karla Henrique. **Modelo Fleuriet: um estudo de caso em uma empresa do segmento agrícola**. 2011. 57p. Orientador (a): Cleyton de Oliveira Ritta. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

O objetivo geral deste estudo consiste em demonstrar a situação financeira da Companhia Alfa por meio da análise das demonstrações contábeis, segundo o modelo Fleuriet. Para atingir este objetivo, realiza-se uma pesquisa descritiva e com abordagem qualitativa e quantitativa por meio de um estudo de caso na Companhia Alfa. Os resultados apontam que: (1) a participação média dos ativos circulante e não circulante é de 4,49% e 95,51%, respectivamente; (2) a participação dos passivos circulante e não circulante é de 6,06% e 6,07%, respectivamente; (3) patrimônio líquido representa 87,87%; (4) os índices de liquidez apontam situação fragilizada, pois a empresa não possui ativos suficientes para liquidação das obrigações; (5) os índices de endividamento evidenciam uma forte presença de recursos próprios para o financiamento dos ativos; e (6) os indicadores dinâmicos mostram que uma crescente necessidade de capital de giro e de recurso de terceiros de curto prazo para financiar ativos correntes e ativos fixos. Conclui-se que a companhia possui fragilidade financeira, pois não possui recursos de imediatos para o pagamento de suas obrigações com terceiros. Logo é muito dependente de capital externo para o financiamento das operações.

Palavras-Chave: Método Fleuriet, Capital de Giro, Análise das Demonstrações Contábeis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Objetivos da Análise Econômica-Financeira	27
Figura 2: Índice de Liquidez Imediata	29
Figura 3: Índice de Liquidez Seca	29
Figura 4: Índice de Liquidez Corrente	30
Figura 5: Índice de Liquidez Geral	31
Figura 6: Índice de Composição de Endividamento	32
Figura 7: Índice de Participação de Capital de Terceiros	32
Figura 8: Índice de Endividamento Geral	32
Figura 9: Índice de Necessidade de Capital de Giro	35
Figura 10: Índice de Capital Circulante Líquido	36
Figura 11: Índice de Tesouraria	37
Figura 12: Efeito Tesoura	37
Figura 13: Índice de Capital de Giro Próprio	38
Figura 14: Índice de Longo Prazo	38
Figura 15: Índice de Termômetro da Situação Financeira	39
Figura 16: Campo de Extração	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Usuários da Informação Contábil	17
Quadro 2: Estrutura do Balanço Patrimonial	19
Quadro 3: Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido	20
Quadro 4: Demonstração do Resultado do Exercício	22
Quadro 5: Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto	23
Quadro 6: Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto	24
Quadro 7: Demonstração do Valor Adicionado	26
Quadro 8: Grupos de Contas para Modelo Fleuriet	34
Quadro 9: Balanço Patrimonial Ativo	42
Quadro 10: Balanço Patrimonial Passivo	43
Quadro 11: Reclassificação das Contas do Ativo	44
Quadro 12: Reclassificação das Contas do Passivo	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice de Liquidez Imediata	45
Gráfico 2: Índice de Liquidez Corrente.....	45
Gráfico 3: Índice de Liquidez Seca	46
Gráfico 4: Índice de Liquidez Geral	47
Gráfico 5: Índice de Composição do Endividamento.....	48
Gráfico 6: Índice de Participação do Capital de Terceiros	48
Gráfico 7: Índice de Endividamento Geral	49
Gráfico 8: Necessidade de Capital de Giro	50
Gráfico 9: Capital Circulante Líquido	50
Gráfico 10: Tesouraria	51
Gráfico 11: Capital de Giro Próprio	51
Gráfico 12: Longo Prazo	52
Gráfico 13: Termômetro da Situação Financeira.....	52
Gráfico 14: Efeito Tesoura.....	53

LISTA DE SIGLAS

ACO = Ativo Circulante Operacional

BP = Balanço Patrimonial

CCL = Capital Circulante Líquido

CE = Composição do Endividamento

CGP = Capital de Giro Próprio

DFC = Demonstração dos Fluxos de Caixa

DLPA = Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados

DMPL = Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DRE = Demonstração do Resultado do Exercício

DVA = Demonstração do Valor Adicionado

EG = Endividamento Geral

IBRACON = Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

LC = Liquidez Corrente

LI = Liquidez Imediata

LG = Liquidez Geral

LP = Longo Prazo

LS = Liquidez Seca

NCG = Necessidade de Capital de Giro

NPC = Normas

PCO = Passivo Circulante Operacional

PCT = Participação do Capital de Terceiros

T = Tesouraria

TSF = Termômetro da Situação Financeira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Tema e Problema.....	13
1.2 Objetivos de Pesquisa	14
1.3 Justificativa.....	14
1.4 Metodologia	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 Contabilidade.....	16
2.2 Demonstrações Contábeis	17
2.2.1 Balanço Patrimonial	18
2.2.2 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	20
2.2.3 Demonstrações dos Lucros e Prejuízos Acumulados	21
2.2.4 Demonstração do Resultado do Exercício.....	21
2.2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	22
2.2.6 Demonstração do Valor Adicionado.....	25
2.2.7 Notas Explicativas.....	26
2.3 Análise das Demonstrações Contábeis	26
2.3.1 Análise Tradicional.....	28
2.3.1.1 Índices de Liquidez	28
2.3.1.1.1 Liquidez Imediata	29
2.3.1.1.2 Liquidez Seca	29
2.3.1.1.3 Liquidez Corrente.....	30
2.3.1.1.4 Liquidez Geral.....	30
2.3.1.2 Índices de Endividamento	31
2.3.1.2.1 Composição de Endividamento	31
2.3.1.2.2 Participação do Capital de Terceiros.....	32
2.3.1.2.3 Endividamento Geral.....	32
2.3.2 Análise Dinâmica Financeira Proposta por Fleuriet.....	33
2.3.2.1 Modelo Dinâmico Fleuriet	33
2.3.2.2 Indicadores do Modelo Dinâmico Fleuriet	35
2.3.2.2.1 Necessidade de Capital de Giro.....	35
2.3.2.2.2 Capital Circulante Líquido	36
2.3.2.3.3 Saldo da Tesouraria	36

2.3.2.2.4 Capital de Giro Próprio	37
2.3.2.2.5 Longo Prazo.....	38
2.3.2.2.6 Termômetro da Situação Financeira.....	39
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	40
3.1 Caracterização da Empresa.....	40
3.2 Procedimentos de Coleta dos Dados	41
3.3 Descrição e Análise dos Resultados	42
3.3.1 Identificação da Estrutura Patrimonial	42
3.3.2 Indicadores Financeiros de Liquidez e Endividamento	45
3.3.3 Indicadores da Análise Dinâmica de Balanços	49
4 CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se, inicialmente, o tema e a questão problema. Na sequência descrevem-se os objetivos da pesquisa. Em seguida, apresentam-se a justificativa do trabalho. Por fim, tem-se a metodologia da pesquisa.

1.1 Tema e Problema

As mudanças no cenário econômico atual, onde se encontra altas cargas tributárias, concorrências desleais e crise financeira, faz com que as empresas se tornem cada vez mais competitivas e vulneráveis quanto ao futuro de sua administração.

Independente do seu segmento, toda empresa tem como principal foco o lucro. Mas, para isso, não basta somente fazer produtos ou serviços de qualidade, precisa-se ter alto controle nas finanças e confiabilidade nas informações contábeis.

Desse modo, os gestores precisam estar sempre atentos ao andamento de suas empresas. Para isso, é importante analisar as demonstrações contábeis. Nelas são identificadas a situação da organização em um determinado período.

O contador desempenha um papel fundamental, pois é o preparador das informações empresariais. Portanto, precisa estar atento e preparado para atender as mudanças que ocorrem atualmente no cenário econômico. Diante disso, não basta somente elaborar as demonstrações contábeis para a fiscalização ou para estarem de acordo com o que a legislação impõe, mas sim, para dar suporte aos gestores no que tange à situação econômica e financeira.

Um dos principais métodos para a análise das demonstrações contábeis é a análise dinâmica proposta por Fleuriet. Ela aponta a necessidade e estrutura de capital. A análise dinâmica reúne vários indicadores que permitem realizar diagnósticos sobre a situação financeira.

Diante deste contexto, tem-se a seguinte questão problema: Qual é a situação financeira da Companhia Alfa por meio da análise da dinâmica proposta por Fleuriet?

1.2 Objetivos de Pesquisa

O objetivo geral deste estudo consiste em demonstrar a situação financeira da Companhia Alfa por meio da análise das demonstrações contábeis, segundo o modelo Fleuriet.

Para atingir o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) Identificar a estrutura patrimonial da companhia;
- 2) Calcular os indicadores financeiros de liquidez e endividamento; e
- 3) Calcular os indicadores da análise dinâmica de balanços propostos por Fleuriet.

1.3 Justificativa

Visto que, a globalização atual, faz com que as empresas se tornem mais vulnerável quanto ao futuro de sua administração. Logo, o tema escolhido justifica-se pela importância das empresas no ambiente econômico e por necessitarem cada vez mais de instrumentos para o auxílio a gestão dos negócios.

Para Assaf Neto e Silva (2002, p.11), “a administração do capital de giro vem sendo cada vez mais reconhecida como uma área importante para o equilíbrio financeiro das empresas, tendo participação decisiva no sucesso dos negócios”.

Sendo assim, o modelo proposto por Fleuriet, conhecido também por análise dinâmica do capital de balanços, colabora com a gestão dos negócios e permite a visualização do desempenho organizacional.

Este estudo demonstra a importância da elaboração da análise dinâmica de balanços para compreensão da situação financeira e do andamento das atividades, por meio de um estudo de caso.

1.4 Metodologia

Quanto aos objetivos da pesquisa, este trabalho classifica-se como descritivo, pois descreve-se o comportamento da Companhia Alfa em relação a

situação econômica e financeira. Segundo Andrade (2005, p. 124), “nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”.

No que tange a abordagem do problema, esta pesquisa enquadra-se como qualitativa e quantitativa, pois calculam-se os indicadores de liquidez, de endividamento e de análise dinâmica. Para Martins e Theophilo (2009, p. 107), uma avaliação quantitativa, constitui-se em: “organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados”. Já para Oliveira (2002, p. 116), a pesquisa qualitativa “difere da quantitativa pelo fato de não empregar dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema, [...] não tem a pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas”.

Para atender o objetivo geral realiza-se um estudo de caso em companhia do segmento agrícola localizada na região sul de Santa Catarina. Segundo Gil (1996, p. 58), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento [...]”.

A pesquisa enquadra-se como documental, pois utiliza-se as demonstrações contábeis dos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010. A pesquisa documental, conforme Andrade (2005, p. 125) “baseia-se em documentos primários, originais. Tais “como, chamados “primeira mão”, ainda não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa: dados estatísticos, documentos, históricos, correspondência epistolar de personalidades etc”.

De acordo com os procedimentos metodológicos propostos, procura-se atingir os objetivos da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo aborda-se o referencial teórico que fundamenta o tema escolhido. Primeiramente, destaca-se a importância da contabilidade e do papel do contador. Em seguida, apresentam-se as estruturas das demonstrações contábeis. Na sequência, demonstram-se as técnicas financeiras para análise das demonstrações contábeis.

2.1 Contabilidade

A contabilidade teve suas origens conjuntamente com o primeiro pensamento do homem em fazer o controle do patrimônio. Sá (1997, p. 15) observa que “a contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizavam os da própria evolução do ser humano”.

Para D'Áuria (1929 apud SILVA e MARTINS, 2009), a contabilidade surgiu com as relações econômicas e, assim, o homem começou a difundir os bens de uso, surgindo às relações de crédito. Logo, a contabilidade tornou-se companheira inseparável desta primeira conquista da civilização.

A contabilidade passou a ser enquadrada como ciência e isso “deveu-se ao fato de que ela atende a todos os requisitos necessários para tal qualificação, ou seja, ter objeto próprio, método específico, finalidade determinada, teoremas, teorias, hipótese, tradição etc.” (SÁ, 2008, p. 30).

Segundo Baptista e Gonçalves (2007, p. 23), a contabilidade é uma “ciência que tem por objeto o estudo do patrimônio a partir da utilização de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, registrar, acumular, resumir e analisar todos os fatos que afetam a situação patrimonial de uma pessoa”.

Para Assaf Neto (2006, p. 108) “a contabilidade é vista como um canal de informação ao público em geral sobre as posições financeiras e econômicas de qualquer tipo de entidade”.

As informações contábeis são benéficas a qualquer tipo de usuário, de acordo com sua necessidade. O Quadro 1 mostra os diversos tipos.

Fornecedores	Os fornecedores preocupam-se com a capacidade de seus clientes em saldarem suas dívidas.
Clientes	Raramente o comprador analisa a situação do fornecedor. Mas, esta análise é muito importante, pois indica se o mesmo possui capacidade de fornecimento para atender a sua demanda.
Gestores	Para os gestores a análise de balanço é fundamental, pois, este instrumento fornece informações gerenciais importantes para a tomada de decisão.
Bancos Comerciais e Bancos de Investimento	Estes precisam estar atentos quanto a situação futura da empresa de seus clientes. Por esse motivo exige-se uma análise mais rigorosa.
Governo	A finalidade de análise financeira para o Governo é a necessidade de obterem informações contábeis para avaliação estatística, setorial ou macroeconômica.
Sociedades Financeiras	Os credores preocupam-se principalmente com os índices de solvência/liquidez da empresa, analisando a garantia dos seus créditos.
Concorrentes	É fundamental analisar empresas concorrentes. Pois faz-se um comparativo de diversos dados, tais como: faturamento, rentabilidade, estoques e etc.
Empregados e Sindicatos	Os empregados obtêm-se o interesse pela estabilidade no emprego. Para os sindicatos, a viabilidade da empresa, para negociar novos benefícios, como aumento de salários.

Quadro 1: Usuários da Informação Contábil

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010), Padoveze e Benedicto (2004), Braga (1995) e Silva (2001).

Diante disso, destaca-se, também, a importância do contador em função da execução de seus serviços. Para Matarazzo (2010, p. xi), “o papel do contador é fornecer as demonstrações financeiras para os acionistas, administradores financeiros e dirigentes”.

Com a evolução contábil, Sá (2008) esclarece que os contadores deixaram de ser somente os “informantes” e passaram a fazer parte da gestão do controle nas empresas com poder de orientação sobre o futuro dos empreendimentos.

2.2 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são desenvolvidas com a finalidade de fornecer informações seguras para os gestores, acionistas, governo e demais

interessados. Elas são relatórios que demonstram o desempenho organizacional e os reflexos da gestão administrativa.

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON na NPC n. 27 expõe que, “[...] o objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões”.

Após as convergências causadas pelas Leis n. 11.941/09 e n. 11.638/07, que dispõem acerca da padronização das demonstrações contábeis pelo modelo internacional, na Lei n. 6.404/76, estabelece que as principais demonstrações contábeis obrigatórias ao fim de cada exercício social para as empresas denominadas como sociedades anônimas são:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- IV – demonstração dos fluxos de caixa; (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007), e
- V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (LEI 6.404/76, art. 176)

A referida Lei, também, determina que as demonstrações contábeis devem ser acompanhadas de notas explicativas, para que forneçam informações as quais não estejam evidenciadas nas demonstrações contábeis.

Sendo assim, as demonstrações contábeis evidenciam a situação da empresa em um todo. Portanto é importante que sejam realizadas de forma correta para que os gestores, por meio delas, analisem o desempenho da organização.

2.2.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) é uma demonstração contábil que apresenta a situação patrimonial da empresa em certo período. Ele é composto pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Conforme as convergências internacionais, o balanço patrimonial foi modificado para que sua estrutura demonstrasse mais transparência em suas informações. O BP é exposto da seguinte forma:

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I - Ativo circulante;

II - Ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível;

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

I - Passivo circulante;

II – Passivo não circulante;

III - Patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

§ 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente. (Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09)

Segundo Matarazzo (2010, p. 26), o balanço patrimonial “é a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa – Ativo – assim como as obrigações – passivo exigível – em determinada data. A diferença entre Ativo e Passivo é chamada de Patrimônio Líquido [...]”

Para Ludicibus et al (2010), ativo significa os recursos de uma empresa, dos quais se esperam benefícios econômicos futuros. Já o Passivo compreende as exigibilidades e obrigações. O Patrimônio Líquido é o valor líquido da empresa.

O Quadro 2 mostra o balanço patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	Patrimônio Líquido:
Investimentos	Capital Social
Imobilizado	Reservas de Capital
Intangível	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Reservas de Lucros
	Ações de Tesouraria
	Prejuízos Acumulados

Quadro 2: Estrutura do Balanço Patrimonial

Fonte: Ludicibus et al (2010, p.3)

A estrutura do balanço patrimonial permite aos usuários da informação contábil melhor visualização na composição do patrimônio das entidades e, assim, verificar a solidez do empreendimento. (GROPPELLI; NIKBAKHT, 2010).

O BP é utilizado para que além de identificar a situação dos bens, direitos e obrigações da empresa, possa mostra por meio de análises informações sobre o desempenho dos negócios.

2.2.2 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Está demonstração evidencia toda a variação nas diversas contas do Patrimônio Líquido. Conforme dispõe o Pronunciamento Técnico – CPC 26, a DMPL passa a fazer parte do conjunto completo das demonstrações contábeis obrigatórias.

106. A entidade deve apresentar na demonstração das mutações do patrimônio líquido:

- (a) o resultado abrangente do período, apresentando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores;
- (b) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e as correções de erros reconhecidas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- (c) para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação do saldo no início e no final do período, demonstrando-se separadamente as mutações decorrentes:
 - (i) do resultado líquido;
 - (ii) de cada item dos outros resultados abrangentes; e
 - (iii) de transações com os proprietários realizadas na condição de proprietário, demonstrando separadamente suas integralizações e as distribuições realizadas, bem como modificações nas participações em controladas que não implicaram perda do controle.

Para Ludicibus et al (2010, p. 556) “trata-se, portanto, de informação que complementa os demais dados constantes do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício; [...]”

O Quadro 3 apresenta a estrutura da DMPL.

	Capital Realizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Ajustes	Total
Saldos em 31/12/XX							
• Correção Monetária							
• Aumentos de Capital com Lucros e Reservas por Subscrições Realizadas							
• Lucro Líquido do Exercício							
• Destinação do Lucro Líquido							
Reserva Legal							
Reserva Estatutária							
Dividendos							
Saldos em 31/12/XX							

Quadro 3: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Fonte: Matarazzo (2010, p. 32)

Observa-se que foi adaptada em sua estrutura a coluna de lucros ou prejuízos acumulados, resumindo-se a uma só demonstração.

Para Matarazzo (2010, p. 31), “a demonstração prevista legalmente é a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, que se acha embutida da DMPL, como uma coluna.

Diante disso, apresenta-se a no próximo tópico a demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados.

2.2.3 Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados

Esta demonstração contábil identifica toda a movimentação realizada no na conta de lucros ou prejuízos acumulados do Patrimônio Líquido em determinado período.

Conforme dispõe a Lei n. 6.404/76 em seu artigo 186, a demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados discrimina:

I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;

II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;

III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

§ 1º Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

§ 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

Portanto, a movimentação da conta lucros ou prejuízos acumulados resulta em determinado período o saldo do patrimônio líquido, bem como a destinação e das reservas de lucro e da distribuição de dividendos.

2.2.4 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresenta em sua estrutura a apuração de todas as receitas e despesas realizadas do período.

Segundo Iudícibus et al (2008), a DRE é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período. Ela é elaborada de forma dedutiva, sendo que as receitas são diminuídas pelas despesas e, em seguida, indica se o resultado que pode ser lucro ou prejuízo.

Herfert e Castro (2000) acrescentam que este demonstrativo complementa o balanço patrimonial, pois elucida um componente importante do patrimônio líquido, o resultado, e fornece uma gama de informações para análise de desempenho.

O Quadro 4 evidencia a estrutura da DRE.

Descrição	20XX
Receita Bruta Das Vendas e Serviços	
Tributos sobre Vendas	
Receita Líquida das Vendas e Serviços	
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	
Lucro Bruto	
Despesas com Vendas	
Despesas Administrativas	
Receita de Equivalência Patrimonial	
Lucro Antes Rec e Desp Financeiras	
Despesas Financeiras	
Receitas Financeiras	
Lucro Antes Tributos sobre o Lucro	
Tributos sobre o Lucro	
Lucro Líquido do Período	

Quadro 4: Demonstração do Resultado do Exercício

Fonte: Matarazzo (2010, p. 31)

Groppelli e Nikbakht (2010, p. 353) enfatizam que “as demonstrações do resultado podem ainda mostrar como os resultados da empresa são afetados pelas variações de seus encargos fixos, ou seja, juros, depreciações e custos fixos”.

A DRE é tão importante quanto o balanço patrimonial, pois identifica além das receitas e despesas, o lucro ou prejuízo apurado do período. É por meio dela que se analisa o desempenho empresarial.

2.2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

O controle do fluxo de caixa possibilita que as organizações tenham um melhor controle na sua gestão financeira. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) mostra as entradas e saídas de caixa em determinado período.

Há dois tipos de DFC, o método direto e o método indireto. Segundo Padoveze e Benedicto (2004, p. 49), esses métodos possuem as seguintes características:

O método indireto, que evidencia a movimentação do saldo de caixa no período, partindo da geração de caixa por meio da demonstração de resultados e das variações dos elementos patrimoniais do balanço que geram ou necessitam de caixa. O método direto, que evidencia a movimentação do saldo de caixa do período, coletando as informações específicas das entradas e saídas de numerário constante das contas de disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras).

É livre a escolha do modelo a ser utilizado pelas empresas. Geralmente, as organizações adotam o modelo indireto devido à preservação de informações estratégicas e praticidade de elaboração.

O Quadro 5 expõe a estrutura da DFC pelo método indireto.

Descrição	20XX
Atividades Operacionais	
Lucro Líquido	
Mais: depreciação	
Menos: lucro na venda de imobilizado	
Lucro ajustado	
Aumento em duplicatas a receber	
Aumento em duplicatas descontadas	
Aumento de estoques	
Aumento em fornecedores	
Redução em provisão para IR a pagar	
Redução em Salários a pagar	
Caixa líquido Consumido nas Atividades Operacionais	
Atividades de Investimento	
Recebimento pela venda de Imobilizado	
Pagamento pela compra de Imobilizado	
Caixa líquido Consumido nas Atividades de Investimento	
Atividades de Financiamento	
Aumento de Capital	
Empréstimos de curto prazo	
Distribuição de dividendos	
Caixa líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	
Aumento Líquido nas Disponibilidades	
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em X0	
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em X1	

Quadro 5: Modelo de Fluxo de Caixa método indireto

Fonte: Adaptado de Iudícibus et al (2010)

O Quadro 6 expõe a estrutura da DFC pelo método direto.

Descrição	20XX
Atividades Operacionais	
Recebimento de clientes	
Recebimento de juros	
Duplicatas de descontadas	
Pagamentos	
_ a fornecedores de mercadorias	
_ de impostos	
_ de salários	
_ de juros	
_ despesas pagas antecipadamente	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	
Atividades de Investimento	
Recebimento pela venda de imobilizado	
Pagamento pela compra de imobilizado	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	
Atividades de Financiamento	
Aumento de capital	
Empréstimos de curto prazo	
Pagamentos de dividendos	
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente - Caixa	
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em X0	
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em X1	

Quadro 6: Modelo de Fluxo de Caixa método direto

Fonte: Adaptado de Ludícibus et al (2010)

A demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto é dividida em 3 partes. A primeira é denominada de fluxo de atividades operacionais. A segunda mostra as atividades de investimento. A terceira apresenta as atividades de financiamentos.

Para Ludícibus et al (2010, p. 567), o objetivo do fluxo de caixa,

é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período, e com isso ajudar os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades para utilizar esses fluxos de caixa.

Matarazzo (2010, p. 33) observa que a DFC “visa permitir a análise do aspecto financeiro da empresa, tanto no que diz respeito ao movimento de investimentos e financiamentos quanto relativamente à administração da empresa sob o ângulo de obter e aplicar compativelmente os recursos.”

A DFC é um instrumento que possibilita ao gestor a identificação das entradas e saídas de recursos na empresa. Portanto, ela se torna imprescindível para um adequado processo de gestão e auxilia a tomada de decisões.

2.2.6 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração e distribuição de riquezas das empresas. Ela é composta por informações de valores econômicos e de interesse público.

Segundo Ludícibus et al (2010, p. 583), “a DVA tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa como resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para sua criação.”

O Quadro 6 mostra a estrutura da DVA.

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
1 - RECEITA		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores de impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços de terceiros e outros		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal		
8.1.1 - Remuneração direta		
8.1.2 - Benefícios		
8.1.3 - FGTS		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 - Federais		
8.2.2 - Estaduais		
8.2.3 - Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 - Juros		
8.3.2 - Aluguéis		
8.3.3 - Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 - Dividendos		
8.4.3 - Lucros retidos/Prejuízos do exercício		
8.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros retidos.		

Quadro 7: DVA

Fonte: Ludícibus et al (2010, p.585)

Assaf Neto (2006, p. 109) assevera que “a DVA é a demonstração da receita deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros. Representa o quanto a entidade contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país.”

A DVA demonstra a riqueza gerada pela empresa e sua distribuição, tanto para produção e para o governo. Por fim, como complemento das demonstrações contábeis, elucida-se o objetivo das notas explicativas no tópico seguinte.

2.2.7 Notas Explicativas

As notas explicativas servem de acompanhamento nas demonstrações contábeis publicadas.

Com base na Lei n. 6.404 de 1976, alterada pela Lei n. 11.941 de 2009, as notas explicativas devem conter os seguintes critérios:

- I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;
- II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;
- III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e

Para Iudicibus et al (2010, p. 593), as notas explicativas “podem estar expressas tanto na forma descritiva como na forma de quadros analíticos, ou mesmo englobar outras demonstrações contábeis que forem necessárias ao melhor e mais completo esclarecimento dos resultados e da situação financeira da empresa [...]”.

Desse modo, as notas explicativas são esclarecimentos adicionais das demonstrações contábeis e tem a função de explicar aos usuários externos as transações realizadas em determinado período.

2.3 Análise das Demonstrações Contábeis

A análise contábil surgiu da necessidade de informações dos gestores para a tomada de decisão. Nos primórdios da Contabilidade, quando esta se

resumia, basicamente, na realização de inventários, o analista já se preocupava em anotar as variações quantitativas e qualitativas das várias categorias de bens incluídos em seu inventário. (IUDÍCIBUS, 2008).

Padoveze (2005, p. 215) elucida que:

a avaliação da empresa tem por finalidade analisar seu resultado e seu desempenho, detectando os pontos fortes e fracos dos seus processos operacional e financeiro, com o objetivo de propor alternativas de curso futuro a serem tomadas e seguidas pelos gestores.

Segundo Braga (1995, p. 139) “torna-se necessário aplicar um instrumental técnico de análise que transforma dados brutos em informações adequadas à formulação de julgamentos corretos que devem orientar diferentes processos decisórios”.

Para obter-se uma melhor compreensão da análise das demonstrações contábeis, a Figura 1 ilustra o esquema da Análise Econômico-Financeira.

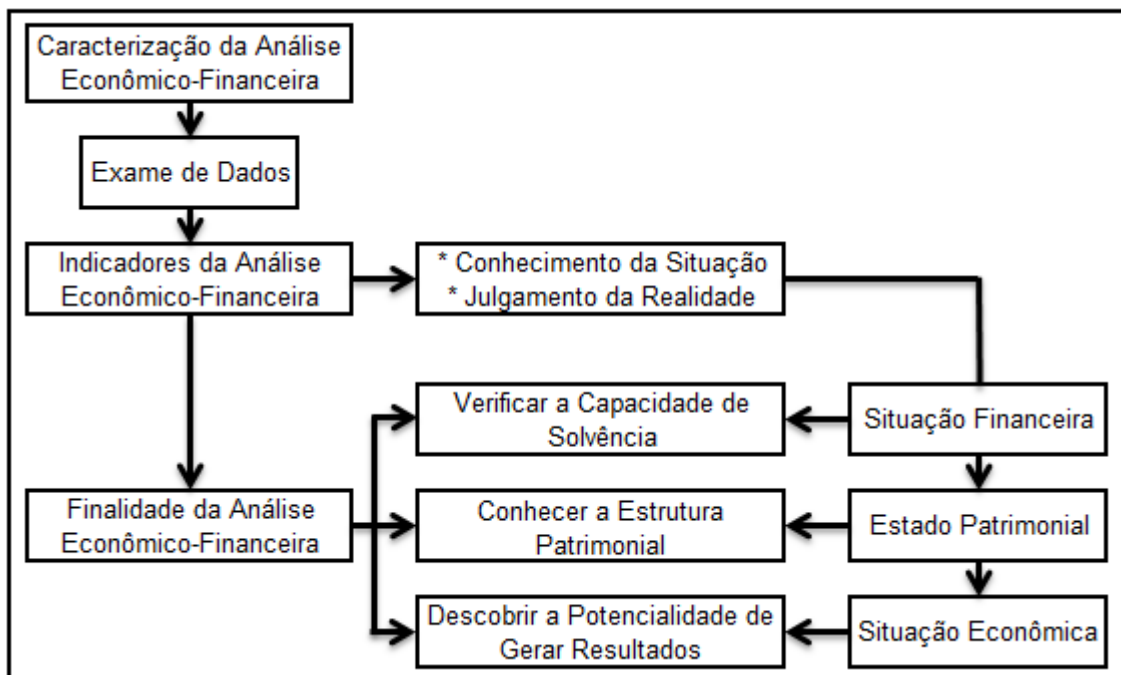


Figura 1: Objetivos da Análise Econômico-Financeira

Fonte: Padoveze (2004, p.76)

Observa-se na Figura 1 que a análise financeira possui como base as informações geradas pela empresa bem, como a utilização de indicadores para a visualização da capacidade, estrutura e potencial da organização.

Matarazzo (2010, p. 4) acrescenta que “as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis.

A Análise de Balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficientes quanto melhores informações produzir”.

Segundo Gitman (2001, p. 42), a análise das demonstrações financeiras acontece por meio de cálculo de indicadores para avaliar o desempenho passado, do presente e para projetar o futuro da empresa.

As análises das demonstrações contábeis fornecem informações sobre o andamento da empresa. Desse modo, faz-se necessário a importância de serem realizadas de forma correta, para que os gestores tenham uma ação preventiva quanto à tomada de decisão.

As análises podem ser classificadas em análise tradicional e dinâmica. A seguir abordam-se esses dois tipos.

2.3.1 Análise Tradicional

A análise tradicional é composta por índices que medem o desempenho econômico e financeiro da empresa. Seu objetivo é comparar os valores obtidos em determinado período com os indicadores anteriores.

Para fins deste estudo, apresenta-se a seguir os indicadores financeiros de liquidez e endividamento.

2.3.1.1 Índices de Liquidez

Os índices de liquidez identificam a capacidade que a empresa tem para pagar suas dívidas. Para Gropeppelli e Nikbakht (2010, p. 356), “a administração da liquidez consiste em equiparar os prazos das dívidas com os prazos dos ativos e outros fluxos de caixa a fim de evitar insolvência técnica.”

Matarazzo (2010) aponta que uma empresa com boa liquidez possui capacidade de saldar suas dívidas, mas isso não significa que a empresa pague suas contas em dia, pois existem outras variáveis tais como: prazo, renovação de dívidas etc.

A seguir apresentam-se os índices de liquidez imediata, seca, corrente e geral.

2.3.1.1.1 Liquidez Imediata

O índice de Liquidez Imediata (LI) demonstra o quanto a empresa possui de disponibilidade imediata. Ele “representa, basicamente, de quanto dinheiro podemos dispor imediatamente para liquidar as dívidas de curto prazo” (ÍUDICIBUS, 1993 p. 73).

O LI é calculado pela divisão da conta de disponibilidade do ativo circulante pelo passivo circulante, conforme Figura 2.

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 2: Índice de Liquidez Imediata

A liquidez imediata mostra o quanto a empresa tem em disponibilidades de caixa para saldar cada R\$ 1,00 de dívida à curto prazo. Quanto maior for este indicador melhor.

Assaf Neto (2006, p. 190) complementa que “esse quociente é normalmente baixo pelo pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa, ativo operacionalmente de reduzida rentabilidade.”

2.3.1.1.2 Liquidez Seca

O índice de Liquidez Seca (LS) evidencia a situação de liquidez da empresa, sem considerar a conta de estoques. Para Sá (2005, p. 99), isso “fundamentou-se no fato de que as mercadorias podem ou não, ser vendidas e que isto pode colocar em dúvida a real capacidade de pagamento”.

O LS é calculado pela divisão do grupo ativo circulante subtraído dos estoques dividido pelo passivo circulante, conforme Figura 3.

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 3: Índice de Liquidez Seca

Para Assaf Neto (1997), este índice mede o quanto das dívidas de curto prazo em condições de serem liquidadas mediante o uso de ativos monetários de maior liquidez (basicamente, disponível e valores a receber).

2.3.1.1.3 Liquidez Corrente

O índice de Liquidez Corrente (LC) é semelhante ao de liquidez seca, porém, ele identifica a capacidade que a empresa possui de pagamento das despesas de curto prazo, considerando todo o ativo e passivo circulante.

Segundo Gropeppelli e Nikbakht (2010, p. 357), “o índice de liquidez corrente indica, aproximadamente, a margem de segurança disponível para a empresa satisfazer as dívidas de curto prazo.”

A LC é resultante da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, conforme mostra a Figura 4:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 4: Índice de Liquidez Corrente

Assaf Neto (2006) elucida que o resultado deste índice demonstra o quanto existe de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo. Quanto maior a liquidez corrente melhor será a capacidade da empresa em financiar a sua necessidade de capital de giro.

2.3.1.1.4 Liquidez Geral

O índice de Liquidez Geral (LG) evidencia a situação financeira a curto e longo prazo. Para Marion (2007, p. 89), este índice “mostra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro (a Curto e Longo prazo) relacionando-se com tudo o que já assumiu como dívida (a Curto e Longo prazo)”.

A Figura 5 apresenta a fórmula de cálculo da LG.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Capitais de Terceiros}}$$

Figura 5: Índice de Liquidez Geral

Assaf Neto (2006, p. 191) esclarece a LG informa que “de cada R\$ 1,00 que a empresa tem de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo.”

A LG é um importante indicador para a tomada de decisão juntamente com os demais, pois neles visualiza-se a situação financeira de curto e longo prazo.

2.3.1.2 Índices de Endividamento

Os índices de endividamento apresentam a estrutura financeira da empresa em relação às fontes externas de capital.

Segundo Ludícibus (1998, p. 103), os índices de endividamento

relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. São quocientes de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros.

Santos e Barros (2005) enfatizam que os índices de endividamento considerados em conjunto com os índices de liquidez avaliando a situação de solvência da empresa.

Têm-se como os seguintes índices de endividamento: composição de endividamento (CE), participação de capital de terceiros (PCT) e endividamento geral (EG). Tais índices são apresentados a seguir.

2.3.1.2.1 Composição de Endividamento

O índice de Composição de Endividamento (CE) determina o quanto à empresa possui de obrigação para pagamento em curto prazo. Segundo Matarazzo (2010) tem uma análise de quanto às obrigações de curto prazo representam das obrigações totais com terceiros.

A Figura 6 mostra a fórmula de como é calculado o CE.

$$CE = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}}$$

Figura 6: Índice de Composição de Endividamento

O CE evidencia a concentração dos recursos de terceiros no curto prazo. Quanto menor for este indicador, melhor a situação financeira da empresa.

2.3.1.2.2 Participação do Capital de Terceiros (PCT)

O índice de Participação do Capital de Terceiro (PCT) aponta o quanto a empresa utilizou-se de capital de terceiros em relação aos recursos próprios. Segundo Matarazzo (2010), este índice indica quanto à empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio.

A Figura 7 apresenta a fórmula de como é calculado o PCT.

$$PCT = \frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Figura 7: Índice de Participação de Capitais de Terceiros

O PCT evidencia a concentração dos recursos de terceiros em relação ao capital próprio. Quanto menor for este indicador, melhor a situação financeira da empresa, pois os recursos dos proprietários têm menor exigibilidade.

2.3.1.2.3 Endividamento geral

O índice de Endividamento Geral (EG) demonstra o quanto à empresa possui de endividamento de capital de terceiros sobre o Ativo Total. Segundo Gitman (2001, p. 140), o EG “mensura a proporção do total dos ativos financiados pelos credores da empresa.

A Figura 8 ilustra a fórmula de como é calculado o EG.

$$EG = \frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Ativo Total}}$$

Figura 8: Índice de Endividamento Geral

O EG demonstra o quanto à empresa precisa utilizar de capital de terceiros para a geração de resultado. Quanto menor for este indicador, melhor a situação financeira da organização, pois entende-se que a empresa utiliza poucos recursos de terceiros para financiar as atividades operacionais.

2.3.2 Análise Dinâmica Financeira

2.3.2.1 Modelo Dinâmico Fleuriet

O modelo dinâmico de análise de balanços foi desenvolvido no Brasil na década de 70, pelo Professor Francês Michael Fleuriet, com o apoio da Fundação Dom Cabral. O modelo implica em um método de análise financeira com base no comportamento das empresas brasileiras da época.

Para Padoveze (2005, p. 202), “esse modelo retoma o tema da liquidez e seus indicadores, sugerindo uma abordagem nova e diferente da abordagem da análise de balanço tradicional”.

O modelo Fleuriet, segundo Souza (2003, p. 103),

procura mostrar os valores na forma de funcionalidade, abrangendo os níveis estratégico, tático e operacional. Para que isso aconteça, necessário se faz uma reclassificação das várias rubricas, agrupando, não só pelo critério tempo, mas levando em consideração sua relação com as operações da empresa.

Desse modo, a diferença deste método com o de análise tradicional está na reclassificação das contas do balanço patrimonial. Para Fleuriet (2003), algumas contas demonstram uma circulação lenta, e estas podem ser consideradas como “permanentes ou não cíclicas”, outras são consideradas como ciclo operacional do negócio e são denominadas como “contínuo e cíclico”, para tanto, obtém-se as contas não relacionadas as operações e que são denominadas de “descontínuo e errático”.

Em outras palavras, Assaf Neto (2006) denomina esses ciclos em “financeiro”, “operacional” e “permanente”. O Quadro 7 ilustra o balanço patrimonial reclassificado conforme a metodologia Fleuriet.

		ATIVO	PASSIVO		
CIRCULANTE	Financeiro	Caixas e Bancos Aplicações Financeiras	Empréstimos Bancários Financiamentos Duplicatas Descontadas Dividendos e IR	Financeiro	CIRCULANTE
	Operacional	Duplicatas a receber Estoques Adiantamentos e Despesas de competência do Exercício seguinte	Fornecedores Salários e encargos Impostos e taxas Adiantamentos de Clientes	Operacional	
NÃO CIRCULANTE		Realizável a Longo Prazo Investimento Fixo	Passivo Não-Circulante Patrimônio Líquido		NÃO CIRCULANTE

Quadro 8: Grupos de Contas para Modelo Fleuriet

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (1997)

No Quadro 8 observa-se a reclassificação das contas do balanço patrimonial. As duplicatas descontadas passam a fazer parte do passivo circulante. Fleuriet (2003, p. 45) explica que “apesar de sua posição como valor dedutível das contas a receber no balanço patrimonial, as duplicatas descontadas representam capital de terceiros na empresa, cuja remuneração compõe as despesas financeiras”.

Desse modo, Padoveze (2004, p. 233) ressalta a visão do Fleuriet sobre análise tradicional de liquidez,

assim, os conceitos de liquidez, utilizados na análise contábil tradicional, pressupõem uma visão estática da empresa, podendo muitas vezes traduzir uma falsa imagem da situação de solvência de curto prazo, principalmente porque desconsideram, na dinâmica operacional, a convivência de contas de naturezas bastante distintas, tanto no ativo circulante quanto no passivo circulante.

O método de análise do Fleuriet apresenta uma análise mais avançada do capital de giro da empresa. A seguir demonstram-se os indicadores propostos por este método.

2.3.2.2 Indicadores do Modelo Dinâmico Fleuriet

Após a reclassificação das contas do balanço patrimonial, aplica-se o cálculo dos indicadores do modelo, que são: necessidade de capital de giro, capital circulante líquido, tesouraria, capital de giro próprio, longo prazo e termômetro da situação financeira.

2.3.2.2.1 Necessidade de Capital de Giro

A Necessidade de Capital de Giro (NCG) é uma variável importante a ser analisada na empresa. Ela evidencia o quanto a empresa necessita de caixa para garantia dos pagamentos.

Kedy e Blanc (1978 apud LOPES; MENEZES, 2006, p. 139) conceituam a NCG como “a necessidade de caixa, no momento em que, no ciclo financeiro, as saídas ocorrem antes das entradas”.

A Figura 9 demonstra a fórmula da necessidade de capital de giro.

$$NCG = \text{Ativo Circulante Operacional} - \text{Passivo Circulante Operacional}$$

Figura 9: Necessidade de Capital de Giro

Fonte: Matarazzo (2010, p.284)

Segundo Matarazzo (2010, p. 284), com a NCG tem-se as seguintes situações:

ACO > PCO é a situação normal na maioria das empresas. Há uma NCG para a qual a empresa deve encontrar fontes adequadas de financiamentos.

ACO = PCO neste caso a NCG é igual a zero e, portanto a empresa não tem necessidade de financiamento para o giro.

ACO < PCO a empresa tem mais financiamentos operacionais do que investimentos operacionais. Sobram recursos das atividades operacionais, os quais poderão ser usados para aplicação no mercado financeiro ou para expansão da planta fixa.

Com base nas três situações, os gestores deve tomar as medidas cabíveis, para otimizar o resultado organizacional. Observa-se que quanto menor o valor da NCG, melhor a situação financeira da empresa.

2.3.2.2.2 Capital Circulante Líquido

O Capital Circulante Líquido (CCL) representa o capital na qual é disponibilizado para os investimentos na empresa. Segundo Assaf Neto (1997, p. 60), o CCL “constitui-se em uma importante fonte de investimento necessário em giro de uma empresa”.

A Figura 10 demonstra a fórmula do capital de giro líquido.

$$\text{CCL} = \text{Ativo circulante} - \text{Passivo circulante}$$

Figura 10: Capital Circulante Líquido

Fonte: Silva (2001, p.350)

Para Santi Filho e Olinquevith (2004, p. 120), “a análise do Capital de Giro tem por finalidade identificar os fatores que contribuem para sua evolução e como tais fatores expressam as decisões tomadas pela empresa”.

É aconselhável que esta variável seja sempre positiva, pois se seu saldo for negativo, indica que a empresa está se utilizando de recursos de curto prazo para o financiamento de investimentos.

2.3.2.2.3 Saldo da Tesouraria

Outra variável importante utilizado pelo Fleuriet é o cálculo do saldo da Tesouraria (T). Para Fleuriet (2003, p. 49),

a maioria das empresas que operam com o saldo de tesouraria crescentemente negativo apresenta uma estrutura financeira inadequada, revelando uma dependência excessiva de empréstimos a curto prazo, que poderá levá-las, até mesmo, ao estado de insolvência.

Segundo Souza (2008, p. 4), “essa variável identifica o grau e utilização de recursos de terceiros de curto prazo para financiar as necessidades líquidas de capital de giro da organização”.

A Figura 11 demonstra a fórmula da tesouraria.

$$T = \text{Ativo Financeiro} - \text{Passivo Financeiro}$$

Figura 11: Tesouraria

Fonte: Adaptado de Fleuriet (2003, p.13)

Assaf Neto (2006, p. 219) observa que “quando uma empresa apresenta por vários exercícios seguidos um crescimento do NCG superior ao do CCL, diz-se que ela convive com o denominado efeito tesoura, identificada por um crescente saldo de disponível negativo”.

A Figura 12 ilustra o efeito tesoura.

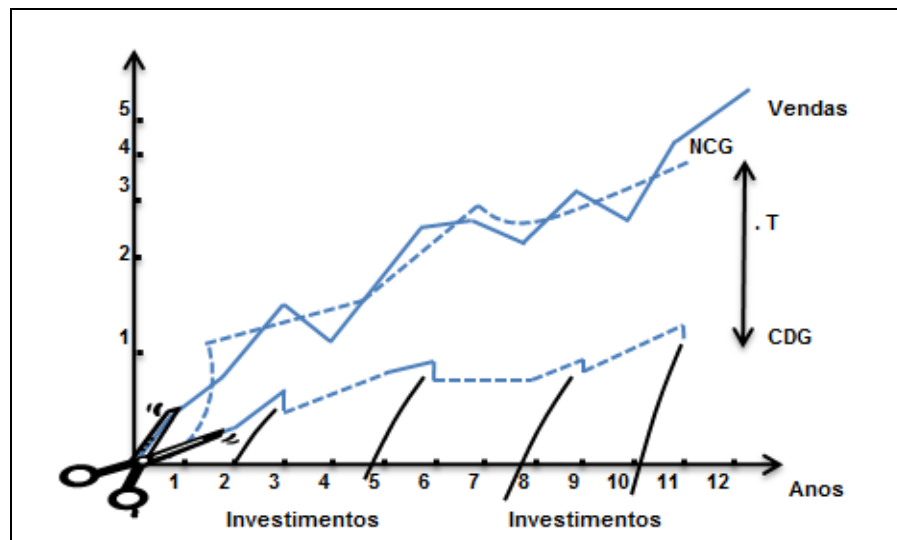


Figura 12: Efeito Tesoura

Fonte: Fleuriet (2003, p. 39)

Conforme a Figura 12 observa-se que a empresa obteve um crescimento contínuo da NCG superior ao do CCL, quando isso acontece tem-se o efeito tesoura.

Para análise da Tesouraria acontece em duas situações. A primeira é quando a T for positiva, indica folga financeira. A segunda quando a T for negativa, aponta dependência de capital de terceiro de curto prazo para financiar as operações.

2.3.2.2.4 Capital de Giro Próprio

O Capital de Giro Próprio (CGP) demonstra a participação do capital de giro próprio para o financiamento das atividades da empresa.

Segundo Silva (2001), o capital de giro próprio é aquela parcela do ativo permanente que é financiada com recursos próprios, isto é, o que sobra do patrimônio líquido.

A Figura 13 demonstra a fórmula do capital de giro próprio.

$$\text{CGP} = \text{Patrimônio Líquido} - \text{Ativo Permanente}$$

Figura 13: Capital de Giro Próprio

Fonte: Gimenes, Gimenes e Campos (2005)

Ressalva-se que antes da Lei 11.638/07, o ativo permanente era composto pelas contas de Investimento, Imobilizado e Diferido.

O CGP indica o quanto de capital próprio a empresa dispõe no giro dos negócios. Quanto maior o volume desse indicador, melhor a situação financeira da empresa.

2.3.2.2.5 Longo Prazo

O Longo Prazo (LP) evidencia o montante de recursos de origens ou aplicações de longo prazo nas atividades operacionais da empresa.

Segundo Olinquevitch e Santi Filho (2004, p.131) “a variável longo prazo, é obtida pela diferença entre o Exigível a Longo Prazo e o Realizável a Longo Prazo pode apresentar resultado positivo ou negativo”

A Figura 14 mostra a fórmula do exigível a longo prazo

$$\text{LP} = \text{PNC} - \text{RLP}$$

Figura 14: Longo Prazo

Fonte: Adaptado de Olinquevitch e Santi Filho (2004, p.131)

Um saldo positivo de LP significa que existem recursos de terceiros de longo prazo financiando as atividades operacionais da empresa. Casos o saldo seja negativo, existem aplicações de longo prazo exigindo recursos para financiá-las. Tais recursos podem ser oriundos dos proprietários ou de terceiros de curto prazo. (MATARAZZO, 2003, *apud* GIMENES; GIMENES; CAMPOS 2005).

2.3.2.2.6 Termômetro da Situação Financeira

O Termômetro da Situação Financeira (TSF) mostra o grau de participação dos recursos de terceiros de curto prazo no financiamento das necessidades de capital de giro da empresa.

Gimenes, Gimenes e Campos (2005) assevera que o resultado deste índice, pode medir a grandeza da tesouraria negativa em comparação com às necessidades de capital de giro e sua capacidade do futuro ao longo do tempo, uma vez que persiste esta situação um desequilíbrio financeiro.

A Figura 15 apresenta a fórmula do termômetro da situação financeira.

$$\text{TSF} = \frac{T}{\text{NCG}}$$

Figura 15: Termômetro da Situação Financeira

Fonte: Gimenes, Gimenes e Campos 2005

Por meio do TSF verifica-se o quanto a empresa utiliza de recursos de terceiros para financiar a necessidade de capital de giro. Quanto menor o montante desse indicador melhor, pois significa a empresa depende pouco de capital de terceiros.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta parte do trabalho, apresenta-se o estudo de caso realizado em uma empresa do segmento agrícola da região sul de Santa Catarina. Inicialmente, evidencia a caracterização da empresa. Em seguida, apresentam-se os procedimentos de coleta de dados. E depois, demonstram-se os resultados da pesquisa.

Devido à proteção e sigilo das informações, o nome da companhia estudada não será divulgado. Para este estudo utiliza-se a denominação Companhia Alfa.

3.1 Caracterização da Empresa

A origem da Companhia Alfa ocorreu ao final da década de 60, quando o empresário da região iniciou atividades de extrativismo e reflorestamento, com objetivo inicial de atender parcialmente as necessidades energéticas de empresas da região.

A Companhia, inicialmente, fornecia lenha e carvão vegetal produzido com reflorestamento próprio até o ano 1987 para fins energéticos no processo de produção cerâmica. A partir desta data, foi descoberta uma jazida de turfa em uma das propriedades da empresa e, então, iniciou-se a extração de turfa até 1994.

Em 1997, a turfa passou a ser utilizada na produção de substratos agrícolas e energéticos. No ano de 2002, iniciou-se a utilização da turfa na recuperação ambiental em áreas degradadas pela extração de minérios e também na produção de substâncias húmicas (fertilizante aplicado diretamente nas sementes).

No ano de 2003, houve a instalação de uma nova linha de produção para o segmento agrícola. Em 2008, a empresa passou por uma reestruturação administrativa, incorporando outra marca e desenvolvendo nos produtos.

A Companhia é a maior produtora de turfa do Brasil. A turfa pode ser utilizada como matéria-prima em substratos agrícolas, condicionadores de solo, misturas para jardins e florestas, fertilizantes organo-minerais, cobertura para

gramados, material de produção de cogumelo, matéria-prima para produção de inoculantes e também é utilizada para geração de energia e para recuperação ambiental de áreas degradadas.

A Figura 16 evidencia o campo de extração para a produção de turfa.



Figura 16: Campo de extração

Fonte: Companhia Alfa (2010)

A Figura 16 representa a extração a céu aberto e produção de turfa, uma substância fóssil, naturalmente formada a milhares de anos pelo acúmulo de material vegetal e algum material mineral no fundo de lagoas e terrenos alagadiços.

Atualmente, a Companhia possui duas unidades de produção, na região sul de Santa Catarina, uma concentra-se a produção de turfa energética, turfa ambiental, substratos agrícolas e reflorestamento, e a outra onde localiza-se a produção de substâncias húmicas (fertilizantes líquidos).

3.2 Procedimentos de Coleta dos Dados

Realizou-se a coleta das informações do balanço patrimonial referente aos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010 no departamento de contabilidade/controladoria.

3.3 Descrição e Análise dos Resultados

Os resultados da pesquisa são descritos de acordo com os objetivos específicos: (1) Identificar a estrutura patrimonial da companhia; (2) Calcular os indicadores financeiros de liquidez e endividamento; e (3) Calcular os indicadores da análise dinâmica de balanços proposto por Fleuriet.

3.3.1 Identificação da Estrutura Patrimonial

O Quadro 8 mostra o ativo patrimonial da companhia.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)				
ATIVO	2007	2008	2009	2010
CIRCULANTE	1.134	4.271	5.695	7.722
Caixa e Equivalentes de Caixa	26	29	28	67
Contas a receber de clientes	119	2.626	3.411	2.469
Estoques	659	1.101	1.076	989
Impostos a recuperar	291	441	357	450
Imovéis para a venda	0	0	600	3.004
Outros	39	74	223	743
NÃO CIRCULANTE	100.429	102.076	102.452	94.637
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.532	4.823	5.101	4.983
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.316	2.289	1.769	2.200
Depósitos judiciais	21	22	28	54
Partes relacionadas	2.168	2.482	3.271	2.696
Outros	27	30	33	33
INVESTIMENTO	21.735	20.792	17.124	17.260
IMOBILIZADO	74.099	74.975	75.888	68.433
INTANGÍVEL	48	1.437	4.290	3.912
DIFERIDO	15	49	49	49
TOTAL DO ATIVO	101.563	106.347	108.147	102.360

Quadro 8: Balanço Patrimonial – Ativo

Fonte: Dados da Companhia Alfa.

Conforme o Balanço Patrimonial da Companhia, no ano de 2007, a composição do ativo circulante sobre o seu total foi de 1,12%. O ativo não-circulante foi de 98,88%, deste montante, o realizável a longo prazo equivale a 4,46% e o Imobilizado em 94,42% do total do Ativo. No ano de 2008, o ativo circulante foi

equivalente a 4,02% do seu Ativo Total, o não circulante foi de 4,54% para o realizável a longo prazo e 91,44% do total. Para o ano de 2009, o ativo circulante fechou em 5,27% do seu Ativo Total, o não circulante foi de 4,72% para o realizável a longo prazo e 90,01% do total. Em 2010, o ativo circulante passou para 7,54% do seu Ativo Total, o não circulante foi de 4,87% para o realizável a longo prazo e 87,59% do total.

O Quadro 9 mostra o passivo e o patrimônio líquido da companhia.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)				
PASSIVO	2007	2008	2009	2010
CIRCULANTE	3.909	7.063	7.745	6.742
Empréstimos e financiamentos	823	2.469	2.929	810
Contas a pagar de fornecedores	1.425	2.295	1.797	2.031
Obrigações trabalhistas	365	527	690	739
Impostos e contribuições a recolher	1.289	1.721	1.537	1.545
Mercadorias a Entregar	0	0	713	1.492
Outros	7	51	79	125
NÃO CIRCULANTE	4.440	5.903	7.191	7.887
Empréstimos e financiamentos	1.024	1.542	512	441
Partes relacionadas	915	2.277	2.277	2.231
Impostos e contribuições a recolher	2.501	2.084	3.250	4.497
Mercadorias a Entregar	0	0	1.152	718
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	93.214	93.381	93.211	87.731
Capital social	17.085	17.085	17.085	17.085
Reserva de capital	6.204	6.204	6.201	5.484
Reserva legal	0	8	0	0
Reserva de reavaliação	69.925	69.925	69.925	65.162
Reserva de lucros	0	159	0	0
TOTAL DO PASSIVO	101.563	106.347	108.147	102.360

Quadro 9: Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido

Fonte: Dados da Companhia Alfa.

Conforme mostra o Balanço Patrimonial, em 2007, o passivo circulante representou 3,85% do total do passivo, o passivo não circulante aponta 4,37%, enquanto que o Patrimônio líquido equivale há 91,78% do total. Em 2008, o passivo circulante evidenciou 6,64% do total do passivo, o passivo não circulante aponta 5,55%, enquanto que o Patrimônio líquido equivale há 87,81%. No ano de 2009, o passivo circulante representou 7,16% do total do passivo, o passivo não circulante

aponta 6,65%, e para o Patrimônio líquido equivale há 86,19%. Já no ano de 2010, considera 6,59% de passivo circulante, 7,71% de passivo não circulante e 85,70% no Patrimônio Líquido.

O Quadro 10 apresenta a reclassificação das contas do ativo patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)				
ATIVO	2007	2008	2009	2010
Ativo Circulante Financeiro	26	29	28	67
Ativo Circulante Operacional	1.710	5.302	8.091	11.384
Ativo Não Circulante	100.429	102.076	102.452	94.637
TOTAL DO ATIVO	102.165	107.407	110.571	106.089

Quadro 10: Reclassificação das Contas Ativo

Fonte: Elaborado pelo Autor.

O Quadro 11 apresenta a reclassificação das contas do passivo patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)				
PASSIVO	2007	2008	2009	2010
Passivo Circulante Financeiro	1.425	3.529	5.353	4.539
Passivo Circulante Operacional	3.086	4.594	4.816	5.932
Passivo Não Circulante	4.440	5.903	7.191	7.887
Patrimônio Líquido	93.214	93.381	93.211	87.731
TOTAL DO PASSIVO	102.165	107.407	110.571	106.089

Quadro 11: Reclassificação das Contas Passivo

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Houve a reclassificação da conta duplicatas descontadas. Logo ocorreram acréscimos no ativo e passivo.

Constata-se que a porcentagem elevada de ativos não circulantes é devido a uso de terrenos para extração de matéria-prima para adubos e fertilizantes e plantio de eucalipto. A principal fonte de recursos é o capital próprio da companhia.

3.3.2 Indicadores Financeiros de Liquidez e Endividamento

O Gráfico 1 evidencia o índice de liquidez imediata.

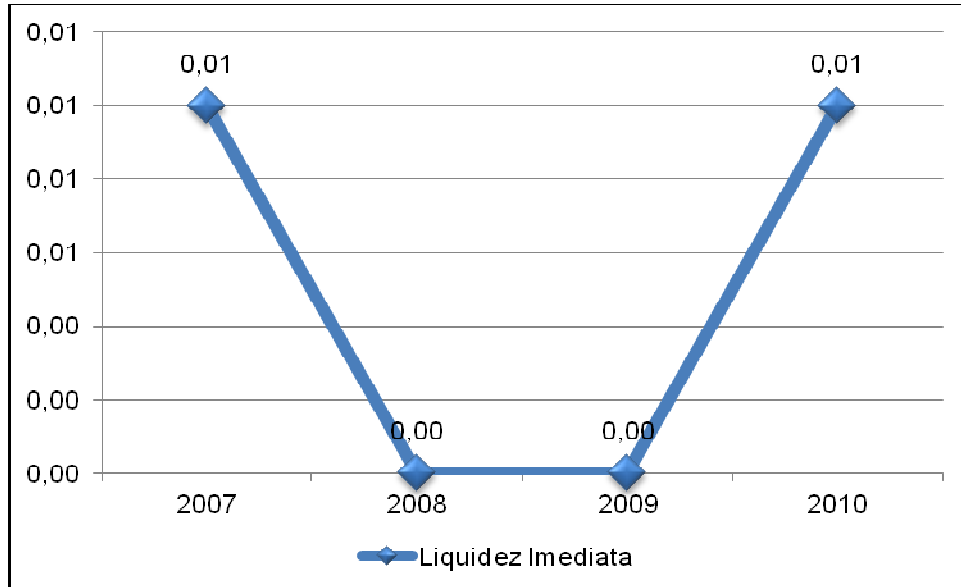


Gráfico 1: Índice de Liquidez Imediata

Fonte: Elaborado pelo Autora

O índice de liquidez imediata manteve estagnado nos 4 períodos. Isso significa que a empresa analisada não possui recursos monetários imediatos para saldar suas dívidas de curto prazo.

Observa-se que este índice é pouco utilizado, pois normalmente, as empresas procuram não investir recursos em aplicações imediatas.

O Gráfico 2 expõe o índice de liquidez corrente.

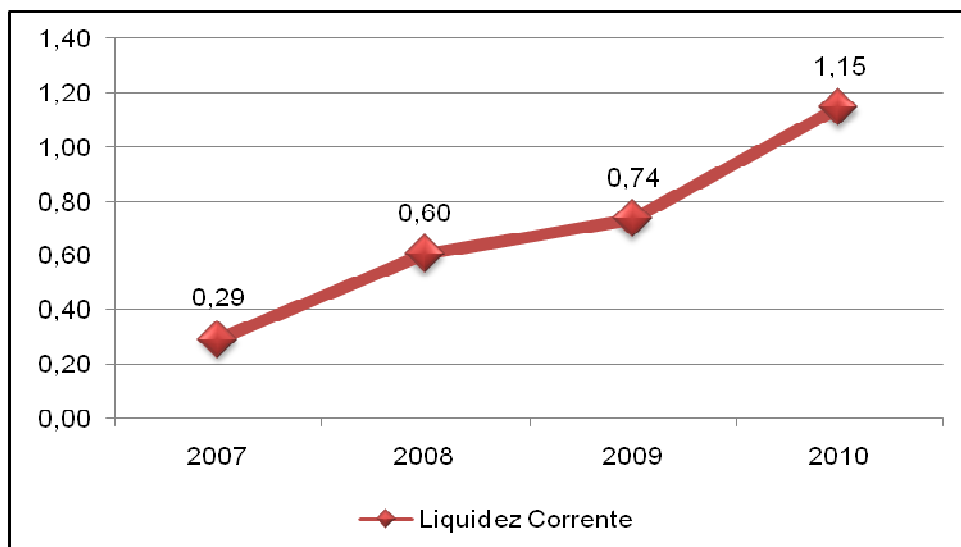


Gráfico 2: Índice de Liquidez Corrente

Fonte: Elaborado pelo Autora

Constata-se no ano de 2007, a cada R\$ 1,00 investido há R\$ 0,29 de recursos correntes. No segundo ano, em 2008 este índice aumentou para R\$ 0,60 em recursos. No ano de 2009 cresceu para R\$ 0,74. Em 2010, para cada R\$1,00 de obrigação de curto prazo, há 1,15 para pagamento das dívidas.

Apesar de que houve um aumento durante os quatro períodos, este índice ainda é considerado baixo para honrar seus compromissos a curto prazo.

Observa-se que para o ano de 2007 a 2008, a conta que mais cresceu foi estoque. Tal ativo apresenta uma lenta conversão em dinheiro. Para o ano de 2008 a 2009 teve-se um aumento nas contas de duplicatas a receber e imóveis para a venda. No ano de 2009 para 2010, observa-se que a elevação deste índice fica demonstrada nos imóveis postos para a venda.

O Gráfico 3 evidencia o índice de liquidez seca.

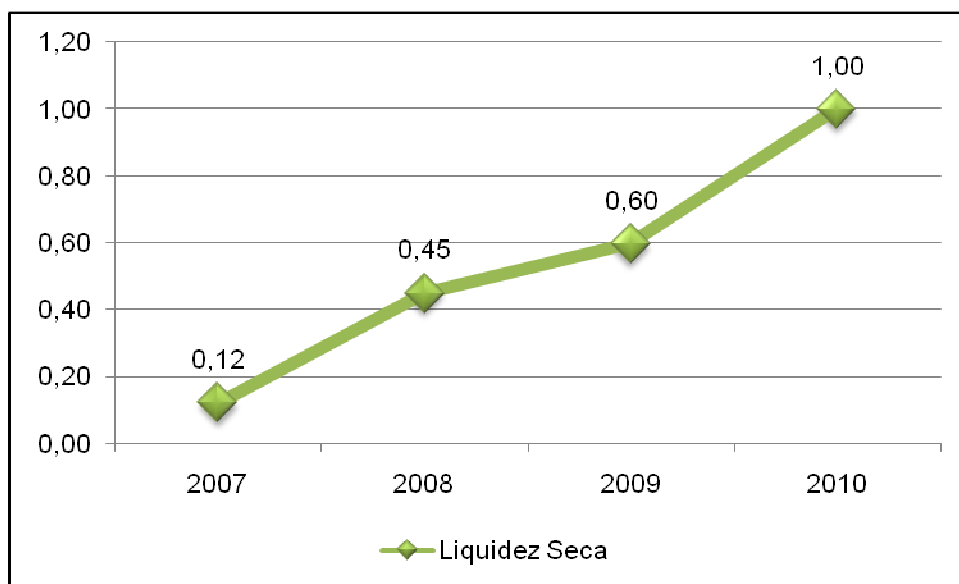


Gráfico 3: Índice de Liquidez Seca

Fonte: Elaborado pelo Autora

O índice de liquidez seca teve um aumento no período, de R\$ 0,12 em 2007 para R\$ 1,00 em 2010. Este índice mostra a capacidade da empresa em conseguir pagar suas dívidas somente com os valores do ativo circulante desconsiderando a conta de estoques.

Observa-se que no ano de 2007 se a empresa parasse de vender, conseguiria pagar R\$ 0,12 de suas dívidas com as contas do disponível, duplicatas a receber, entre outras. No ano de 2008, liquidaria quase metade de suas dívidas. Em

2010, conseguiria liquidar 100% das suas dívidas de curto prazo, desconsiderando a conta estoques.

O Gráfico 4 mostra o índice de liquidez geral.

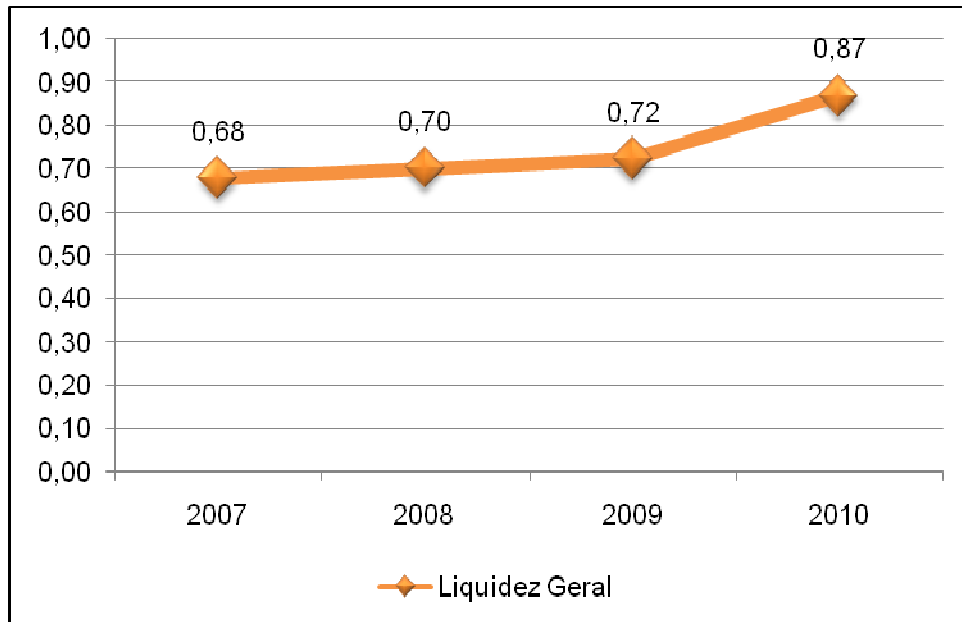


Gráfico 4: Índice Liquidez Geral.

Fonte: Elaborado pelo Autora

A liquidez geral obteve uma pequena melhora entre os anos de 2007 a 2010. O índice passou de R\$ 0,68 em 2007 para R\$ 0,87 em 2010. Entende-se que para cada R\$ 1,00 de dívida total, a empresa possui R\$ 0,87 de ativos de curto e longo prazo.

Observa-se que do ano de 2007 para 2008 a empresa obteve um aumento considerável na conta de empréstimos utilizados para o capital de giro da empresa e financiamentos do imobilizado.

Todos os índices de liquidez apontam evolução entre os anos de 2007 e 2010. Mas, a situação de liquidez ainda se mostra fragilizada, pois a empresa não possui ativos suficientes para liquidação das suas obrigações com terceiros.

O Gráfico 5 apresenta o índice de composição do endividamento.

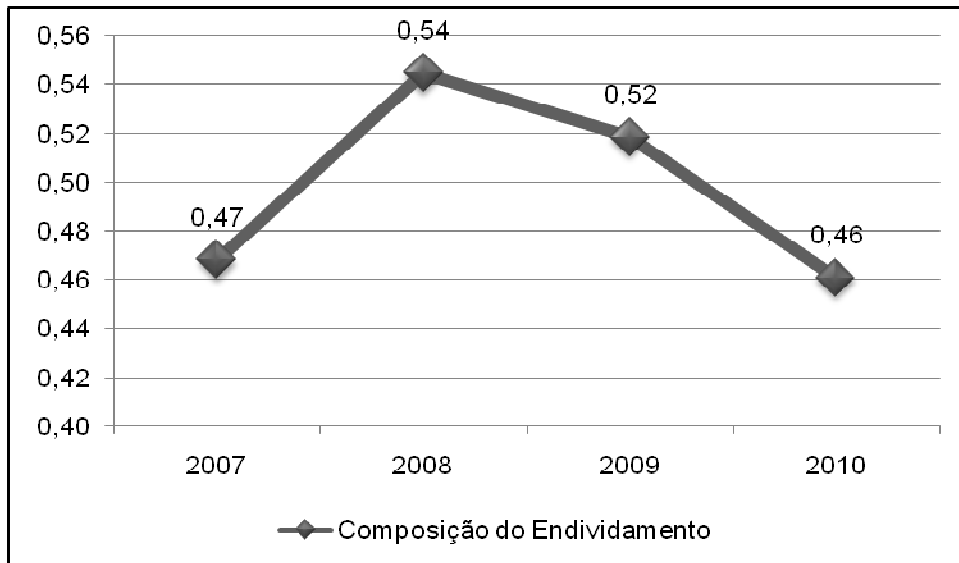


Gráfico 5: Índice de Composição do Endividamento

Fonte: Elaborado pelo Autora

Observa-se no gráfico 5 que, a Companhia no ano de 2007 apresenta um índice de R\$ 0,47 de dívidas que vencem no curto prazo em relação ao total de obrigações. Em 2008, a empresa recorreu a empréstimos de curto prazo para financiamento das operações e, com isso, elevou o índice para R\$ 0,54. No ano de 2010 o ICP atingiu R\$ 0,46.

Nota-se, portanto, que nos anos de 2008 e 2009 a maior parte das dívidas da empresa está concentrada no Passivo Circulante. Tal situação representa um endividamento maior nas contas de curto prazo que possuem maiores custos de financiamentos.

O Gráfico 6 expõe o índice de participação de capital de terceiros.

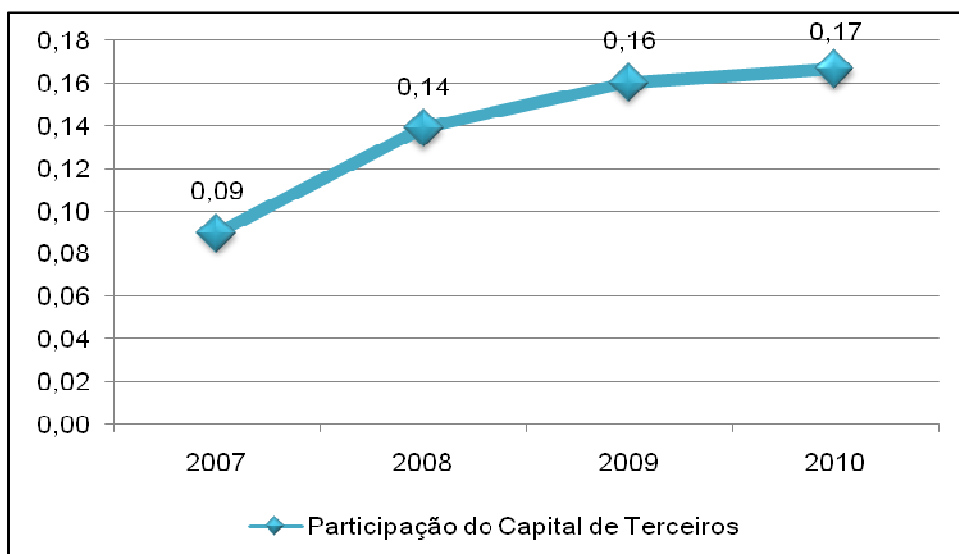


Gráfico 6: Índice de Participação do Capital de Terceiros

Fonte: Elaborado pelo Autora

O ICT mostra uma baixa participação do capital de terceiros no financiamento dos ativos. No ano de 2007 o ICT foi de R\$ 0,09 e ao final do período atingiu R\$ 0,17. Isso indica que para cada R\$ 1,00 de capital próprio a empresa em 2010 teve R\$ 0,17 de capital de terceiros financiando os ativos.

Este índice é baixo devido o capital próprio financiar a maior parte dos ativos fixos da empresa.

O Gráfico 7 mostra o índice de endividamento geral.

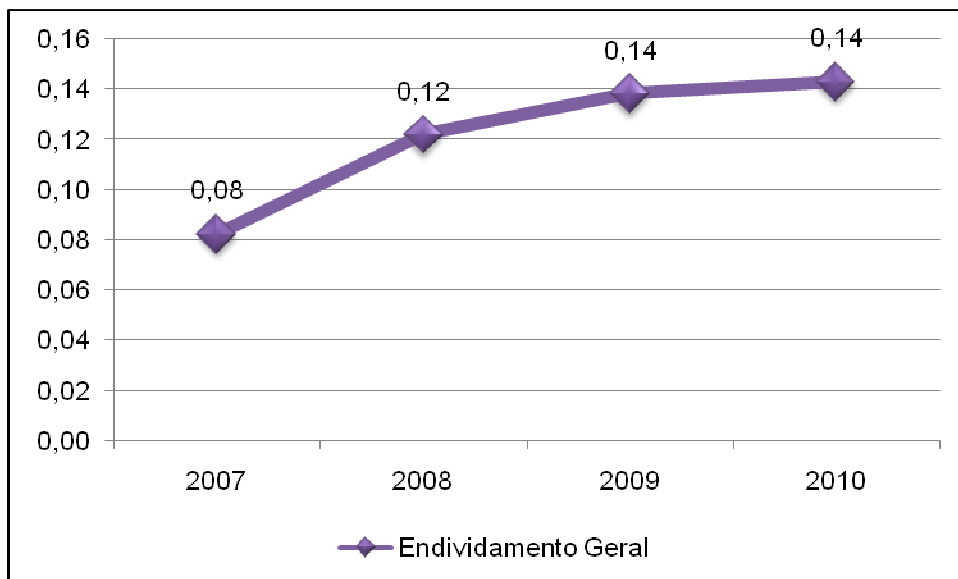


Gráfico 7: Índice de Endividamento Geral

Fonte: Elaborado pelo Autora

No índice de endividamento geral apresentou crescimento no período, passando de R\$ 0,08 em 2007 para R\$ 0,14 em 2010. Isto indica que para cada R\$ 1,00 de ativos a empresa utiliza apenas R\$ 0,14 de recursos de terceiros para financiá-los no ano de 2010.

Os índices de endividamento evidenciam uma forte presença de recursos próprios para o financiamento dos ativos.

3.3.3 Indicadores da Análise Dinâmica de Balanços

O Gráfico 8 apresenta o valor da necessidade de capital de giro.

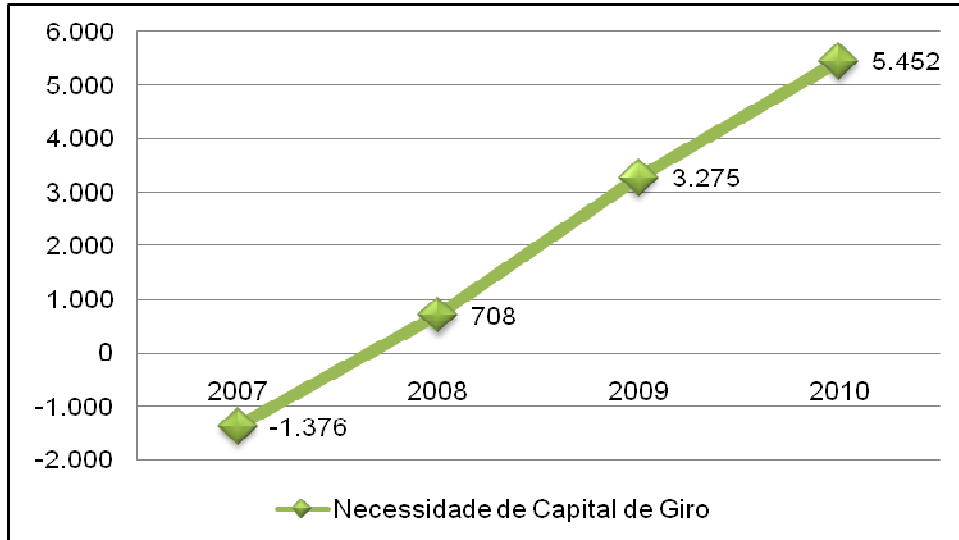


Gráfico 8: Necessidade de Capital de Giro

Fonte: Elaborado pelo Autora

A necessidade de capital de giro manteve-se positiva nos últimos 3 anos. Seu valor passou de R\$ 708 mil em 2008 para R\$ 5.452 mil em 2010. Resultando em um crescimento de 770% do ano de 2008 para 2010.

Isto significa que as saídas de caixa ocorreram antes das entradas de caixa na empresa. Um exemplo a ser citado, são os pagamentos ligados ao operacional da empresa, tais como: fornecedores, salários a pagar e impostos que acontecem antes do recebimento das vendas.

O Gráfico 8 evidencia o valor do capital circulante líquido.

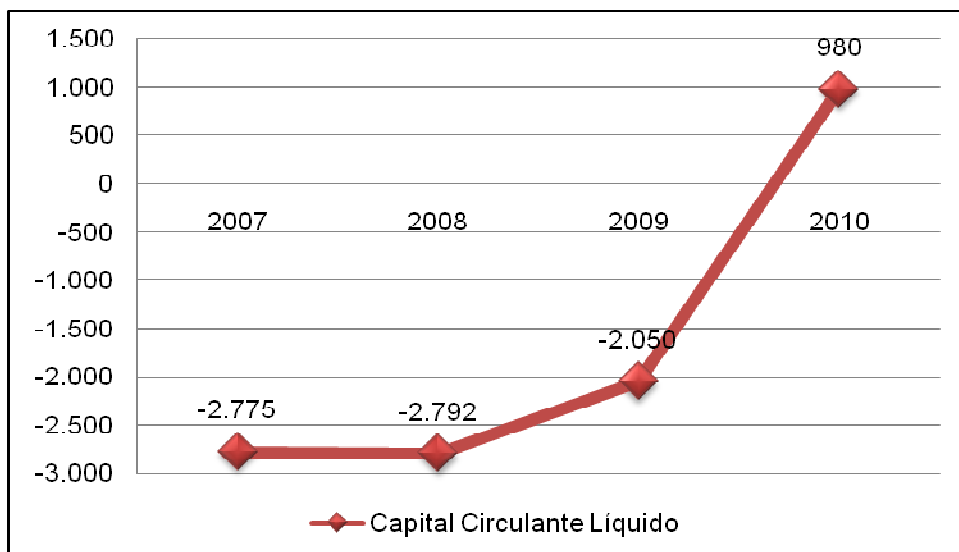


Gráfico 9: Capital Circulante Líquido

Fonte: Elaborado pelo Autora

O CCL da empresa entre os anos de 2007 a 2009 foi negativo. Um CCL negativo mostra que a empresa utiliza recursos de curto prazo para financiar ativos

de longo prazo. Apenas em 2010 os ativos circulantes foram superiores aos passivos circulantes.

O Gráfico 10 apresenta o valor do saldo da tesouraria.

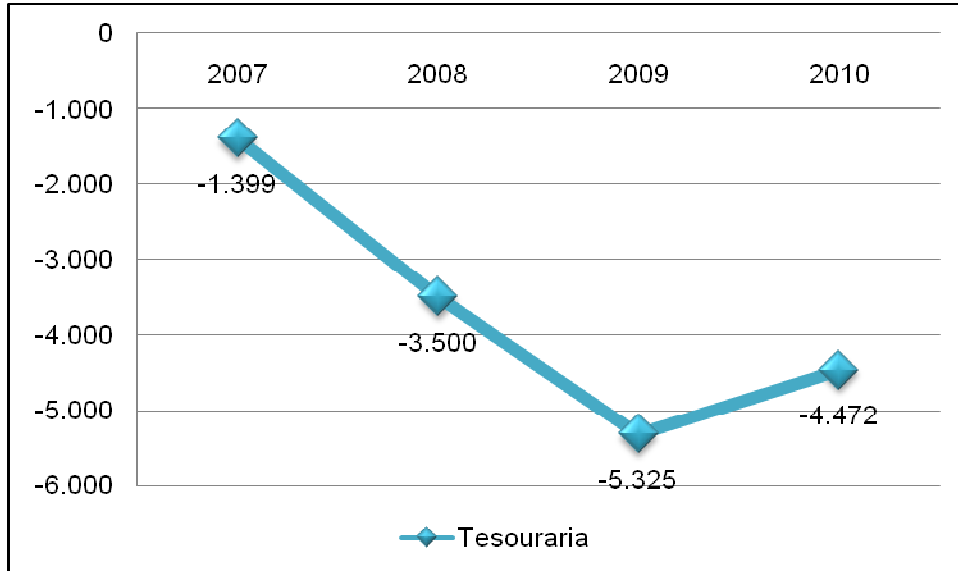


Gráfico 10: Tesouraria

Fonte: Elaborado pelo Autora.

O saldo de Tesouraria é negativo em todos os períodos. Nos anos de 2007 a 2009 o saldo negativo cresceu significativamente e mantêm-se elevado até 2010. Isso mostra que passivo financeiro da companhia é maior do que o ativo financeiro. Esse resultado indica que a empresa utiliza-se de recursos financeiros de curto prazo para financiar as necessidades de capital de giro.

O Gráfico 11 evidencia o valor do capital de giro próprio.

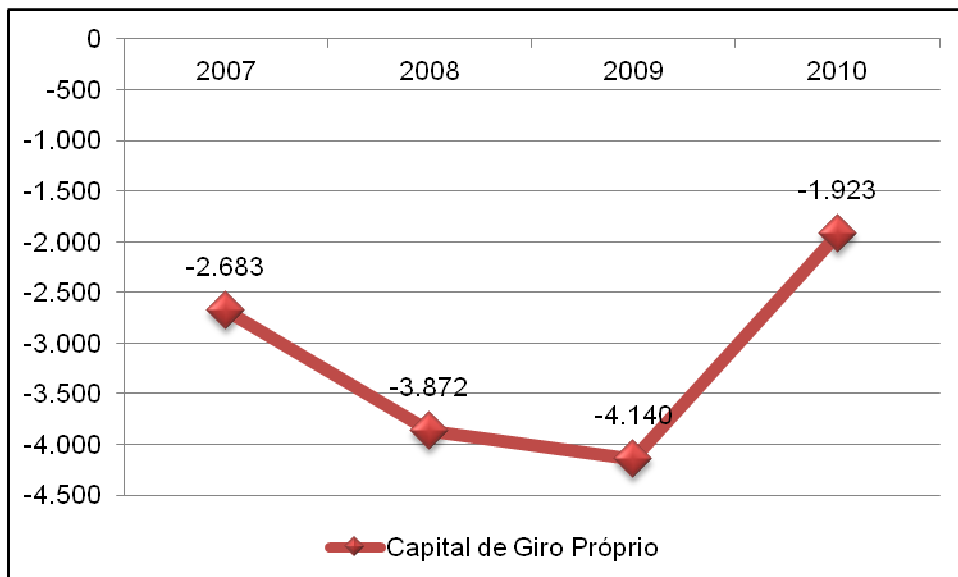


Gráfico 11: Capital de Giro Próprio

Fonte: Elaborado pelo Autora.

O CGP é negativo nos quatro anos investigados. No ano de 2007 obteve o montante de R\$ 2.683 negativo, em 2008 foi para R\$3.872 mil, em 2009 apresentou o maior valor, a variável ficou em R\$ 4.140.

Isso indica que a Companhia utiliza-se, além dos seus recursos próprios (Patrimônio Líquido), fontes de terceiros para financiar seus ativos fixos.

O Gráfico 12 apresenta o valor da variável a longo prazo.

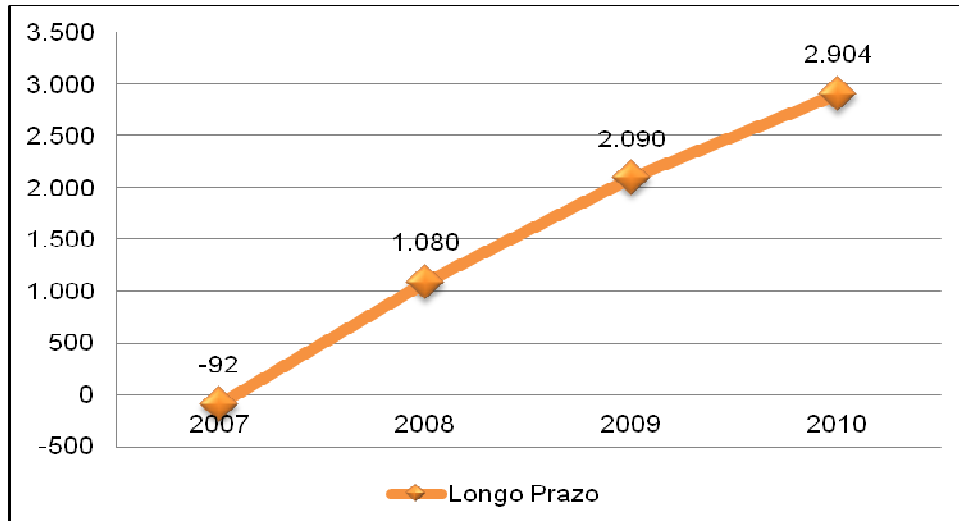


Gráfico 12: Longo Prazo

Fonte: Elaborado pelo Autora.

O LP nos últimos 3 anos apresentou um saldo positivo. Em 2008 ficou R\$ 1.080. No ano de 2009 elevou para R\$ 2.090. Para 2010 cresceu para R\$ 2.904 mil. Logo a companhia utiliza, cada vez mais, recursos de terceiros de longo prazo para financiar ativos correntes ou ativos fixos.

Gráfico 13 demonstra o termômetro da situação financeira.

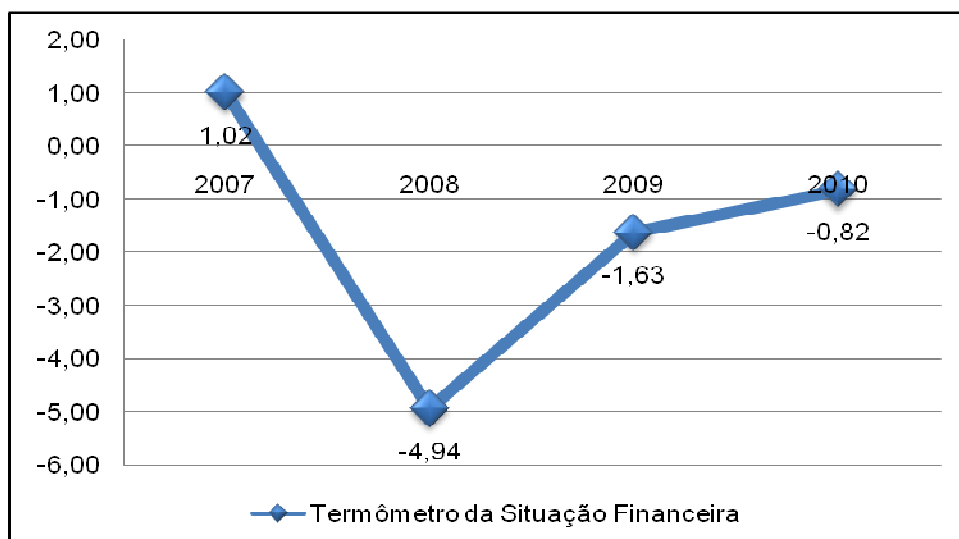


Gráfico 13: Termômetro da Situação Financeira

Fonte: Elaborado pelo Autora.

O TSF é negativo nos últimos três anos. Esse indicador mostra que para cada R\$ 1,00 de necessidade de capital de giro a empresa utilizou R\$ 0,82 de financiamentos de curto prazo em 2010. No ano de 2008 o TSF apresenta o maior valor, pois atinge R\$ -4,94. Neste ano de 2008, a empresa obteve um valor expressivo de empréstimos e financiamentos para financiar o seu capital de giro.

O TSF mostra que a empresa tem uma situação financeira fragilizada, pois o capital de giro é insuficiente para atender as necessidades operacionais.

A empresa apresenta no período investigado um crescimento contínuo da NCG maior que a CCL. Tal situação reflete o efeito tesoura, conforme ilustra o Gráfico 11.

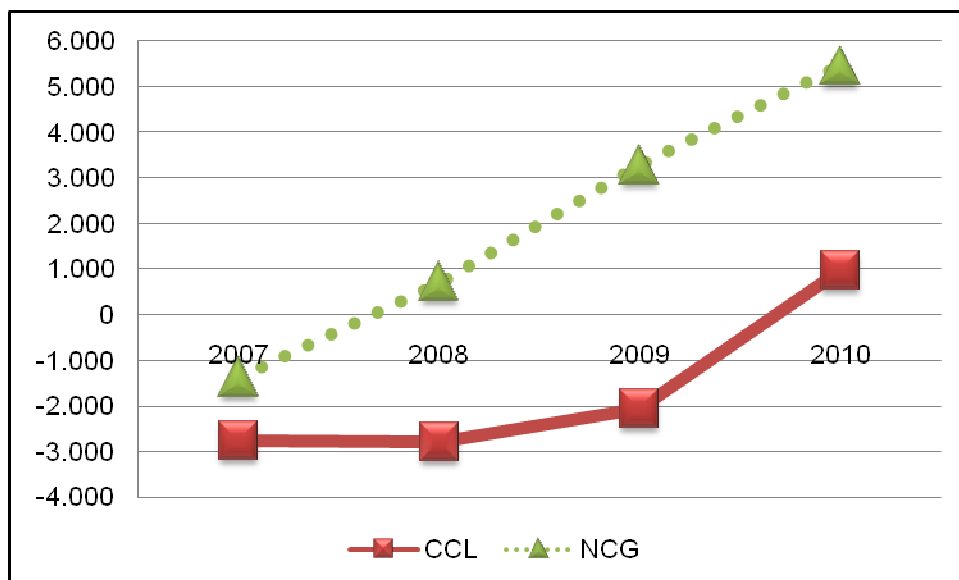


Gráfico 11: Efeito Tesoura

Fonte: Elaborado pelo Autora.

A NCG está maior que o CCL, desse modo indica que a empresa recorreu a empréstimos de curto prazo, para financiar parte da NCG. Ressalta-se também que os juros elevados desses empréstimos amplificam o efeito tesoura.

4 CONCLUSÃO

A análise dinâmica do Capital de Giro reúne indicadores que permitem realizar os diagnósticos sobre a situação financeira da empresa.

Diante disso, o objetivo geral deste estudo consistiu em demonstrar a situação financeira da Companhia Alfa por meio da análise das demonstrações contábeis, segundo o modelo Fleuriet.

Os resultados mostram que o ativo circulante da companhia representa uma média de 4,49% e o ativo não circulante apresenta 95,51%, sendo que o ativo imobilizado possui a maior parcela (90,86%). O passivo circulante da companhia representa uma média de 6,06%, o passivo não circulante de 6,07% e o patrimônio líquido representa 87,87%.

Os índices de liquidez apontaram evolução entre os anos de 2007 a 2010. Entretanto, a situação de liquidez da companhia mostra-se fragilizada, pois ela não possui ativos suficientes para liquidação das obrigações. Os índices de endividamento evidenciam uma forte presença de recursos próprios para o financiamento dos ativos.

Os indicadores do modelo Fleuriet apontaram uma crescente Necessidade de Capital de Giro (NCG), passou de R\$ 708 mil em 2008 para R\$ 5.452 mil em 2010. Resultando em um crescimento de 770% do ano de 2008 para 2010. O Capital Circulante Líquido (CCL) da companhia foi negativo entre os anos de 2007 a 2009. O Saldo da Tesouraria (ST) foi negativo nos três últimos anos. Logo, a companhia recorre a empréstimos de curto prazo para financiamento das operações. O Capital de Giro Próprio (CGP) foi negativo nos quatro anos investigados, evidenciando que a Companhia utiliza-se, além dos seus recursos próprios (Patrimônio Líquido), fontes de terceiros para financiar seus ativos fixos. O Longo Prazo (LP) nos últimos 3 anos apresentou um saldo positivo. Isso mostra que a companhia utiliza, cada vez mais, recursos de terceiros de longo prazo para financiar ativos correntes ou fixos. O Termômetro da Situação Financeira (TSF) foi negativo nos três últimos anos. Está variável mostra que a empresa tem uma situação financeira fragilizada, pois o capital de giro é insuficiente para atender as necessidades operacionais. A companhia apresenta nos períodos investigados um crescimento da NCG maior que a CCL. Tal situação reflete o efeito tesoura.

No ano de 2008, onde a empresa demonstra maior fragilidade em sua situação financeira. Verificou-se que a Companhia obteve um aumento de empréstimos para financiamento e capital de giro, neste mesmo ano a empresa investiu em novos produtos na qual ainda estão em reconhecimento de mercado.

Conclui-se que a companhia possui fragilidade financeira, pois não possui recursos de imediatos para o pagamento de suas obrigações com terceiros. Logo é muito dependente de capital externo para financiamento das operações. Observa-se que os recursos captados de terceiros, geralmente, possuem maior custo financeiro e maior nível de exigibilidade. Diante dessa situação financeira insatisfatória, se faz necessário à busca de estratégias de gestão para se conseguir o equilíbrio financeiro.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006. 371p.
- _____. **Administração do Capital de Giro**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997. 200p.
- ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 214p.
- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 174p.
- BRASIL. Lei n.º 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm >. Acesso em: 10 out. 2011.
- BRASIL. Apresentação das Demonstrações Contábeis. **Comitê de Pronunciamentos Técnicos**, Brasília, DF, Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%2026_2010.pdf >. Acesso em: 10 out. 2011.
- BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995. 408p.
- FLEURIET, Michael; BLANC, George; KEHDY, Richard. **O modelo fleuriet: a dinâmica financeira das empresas brasileiras: um novo modelo de análise, orçamento e planejamento financeiro**. Belo Horizonte, Campus, 169p.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.159p.
- GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. Aplicabilidade da análise dinâmica do capital de giro como instrumento de avaliação da gestão financeira em cooperativas agropecuárias. **Econ. Contemp.** Rio de Janeiro. v12. N1. P.129-150, janeiro/abril 2011.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**: 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 610p.
- GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáqui. **Contabilidade geral**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GROPPELLI, Angelico A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 496p.
- HEFERT, Erich A.; CASTRO, André Olímpio Mosselman DU Chenoy. **Técnicas de análise financeira**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 411p.
- IUDICIBUS, Sérgio de. Et al . **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1998. 255p.
- _____. **Contabilidade Gerencial**. 4 São Paulo: Atlas, 1993. 308p.

IBRACON. **Norma e Procedimento de Contabilidade (NPC 27):** Demonstrações Contábeis - Apresentação e Divulgações. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/publicacoes/resultado.asp?identificador=1132> Acesso em: 20 nov. 2010.

MACHADO, Márcio André Veras; MACHADO, Márcia Reis; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. Análise dinâmica e o financiamento das necessidades de Capital de Giro das pequenas e médias empresas localizadas na cidade de João Pessoa, PB: um estudo exploratório. Base – **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. v3. N.2. P139-149, maio/agosto 2006.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 306p.

MARTINS, Gilberto Andrade; THEOPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 247p.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços:** abordagem gerencial. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 372p.

SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITH, José Leônidas. **Análise de balanços para controle gerencial**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004. 394p.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica:** projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 321p.

PADOVEZE, Luís Clóvis; Benedicto, Gideon Carvalho. **Análise das demonstrações financeiras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 267p.

PADOVEZE, Luís Clóvis. **Introdução à administração financeira:** texto e exercícios. São Paulo: Thomson, Cengage Learning, 2005. 299p.

SÁ, Antonio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. 3. ed. Curitiba: Jaruá, 2008. 315p.

_____. **Moderna análise de balanços ao alcance de todos**. Curitiba: Jaruá, 2005. 284p.

_____. **Fundamentos da Contabilidade Geral**. São Paulo: Atlas, 1997. 190p.

SANTOS, Cleônimo dos; BARRO, Sidney Ferro. **Curso estrutura e análise de balanço**. São Paulo: IOB Thomson, 2005. 199p.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do Pensamento Contábil: com ênfase na história da contabilidade**. Curitiba: Juruá, 2009. 239 p.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SOUZA, Milanez Silva. **Gestão da tesouraria das empresas**. Cont. Vista & Ver. Belo Horizonte, 2003.